



# As origens do estado



3/4

**Revolução  
Francesa**

Prof: Ricardo Gomes

**e-books**  
NÚCLEO DE FORMAÇÃO

# Prefácio

Hoje muito se discutem as formas e sistemas de governo, bem como os problemas de cada um deles. No entanto, pouco se aprofunda a discussão sobre o que de fato é esse governo, sobre o que é o Estado e para o que eles servem. Para que possamos compreender nossa organização política, jurídica e social, precisamos retroceder na História, entender quais foram as nossas influências e qual foi o fio condutor que nos fez chegar até aqui. Existem diversas definições para o termo Estado. Uma das mais famosas é a de Max Weber, intelectual alemão, considerado um dos pais da sociologia. Weber dizia que:

---

“O Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Ele é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”.

As nuances dessa definição ao longo da História fazem desse curso uma viagem fascinante. Quais homens dominaram quais? Qual é o limite do monopólio da força? Como foram estabelecidos esses limites? O que é um território? O que é

uma identidade nacional? Como garantimos nossos direitos individuais dentro das nossas nações? Essas são algumas das perguntas que o professor Ricardo Gomes tenta responder ao longo do curso, pois, como disse ele, parafraseando Eduardo Bueno:

---

“a História é feita de muito mais sangue, suor, lágrimas e sêmen do que podemos imaginar”.

Sendo assim, o curso tem o objetivo de aprofundar essas questões por base da História do processo de desenvolvimento dos maiores Estados da democracia ocidental: a Inglaterra, os Estados Unidos e a França. As diferenças e semelhanças da herança constitucional desses países são de fundamental importância para formação do entendimento da identidade política do brasileiro. É pela compreensão das “origens do Estado” e do que foi o empirismo inglês, o constitucionalismo americano e o iluminismo francês que conseguimos entender como se deu a formação do patrimonialismo brasileiro, doença que contaminou nosso país ao longo do tempo.

# Introdução

Nesta terceira aula de uma série de quatro aulas sobre as “Origens do Estado”, abordaremos o Iluminismo francês, tão exaltado e adorado por diversos intelectuais que acreditaram - e acreditam - que esse movimento tenha sido responsável por produzir as bases para a democracia, os direitos iguais, as liberdades individuais e a garantia dos direitos do Homem. No entanto, como veremos, a história real foi muito menos romântica e muito mais sanguinária e tirânica do que a contada nos livros, nos filmes e nas escolas.

Muitos confundem ou misturam o iluminismo francês com o britânico e o americano, afirmando que eles lutavam pelos mesmos ideais. Isso não poderia estar mais errado. O ambiente de ideias da França da época era completamente diferente daquele encontrado da Inglaterra e nos Estados Unidos. O iluminismo francês, embasado em Rousseau, em nada se parecia com o britânico americano de John Locke e David Hume. Para que possamos aprofundar as diferenças dos resultados dos dois, refletidas nas histórias de Inglaterra (abordada no primeiro livro) e França, antes se faz necessário compreender a filosofia de Rousseau e sua teoria da Vontade Geral.

## ○ Rousseau e a vontade geral

A teoria da vontade geral consiste no fato de que, para Rousseau, os homens têm dois tipos de interesses: os imediatos e individuais e o superior, chamado de bem comum. Assim, os homens honestos devem sempre votar de acordo com o bem comum e não com seus próprios interesses mesquinhos. Quando todos votam de acordo com o bem comum, o que se expressa é a vontade geral.

Esse raciocínio parece muito puro e coerente à primeira vista, mas contém uma grande artilosidade política. Seguindo por ele, uma vez votada uma matéria no parlamento, ela torna-se uma vontade geral, mesmo que não reflita a vontade da maioria. A vontade geral se transforma em lei e, a partir desse momento, desrespeitar a lei passa a ser a mesma coisa que desrespeitar o bem comum. Nesse sentido, não há tal coisa como uma lei injusta. Para Rousseau, obrigar uma pessoa a cumprir a lei é obrigá-la a ser “livre”, pois, para ele, a liberdade de um homem se expressa por meio da participação política, da prática da cidadania.

Assim, o homem passa a possuir algo grandioso, que são os seus direitos de cidadão, que, por refletirem a Vontade Geral e o bem comum, estão acima dos seus direitos individuais.

Quanto mais parecidos forem os interesses individuais, mais facilmente se chega no bem comum e mais facilmente se produz a Vontade Geral. Portanto, a desigualdade não é boa para o processo político. Quanto mais simples e iguais forem os interesses, mais fácil é se administrar uma sociedade de cima para baixo.

### ○ Diferenças entre o iluminismo britânico e o francês

A diferença das ideias de Rousseau, acima, para as de Locke - cuja principal base era a defesa dos direitos naturais individuais à vida, à propriedade e à liberdade - é gritante. Por isso, não é à toa que, quando Thomas Jefferson, um entusiasta da revolução francesa, diz para John Adams que o que os franceses estavam realizando era similar ao que eles tinham conquistado nos Estados Unidos, Adams responde:

---

“O que eles estão fazendo não é o que nós fizemos. Não duvido que terminem por matar o próprio rei.”

o iluminismo francês



Se você leu os primeiros dois livros e compreendeu a teoria da Vontade Geral de Rousseau, deve ser capaz de vislumbrar porque John Adams foi tão duro em sua resposta. As diferenças de ideias tiveram implicações severas na história, como previu Adams. No direito e na formação do Estado, várias diferenças, também, são bem notáveis.

Comparando as duas formas, percebemos que, na Inglaterra, o parlamento fazia política e o judiciário descobria o direito. O judiciário descobria o direito por meio de um processo indutivo, derivado de casos concretos, para chegar a normas abstratas de justiça que fossem replicáveis. Era um processo empírico, a partir de um experimento concreto da vida em sociedade.

Na França, o parlamento fazia tanto política quanto direito. Esse processo era conduzido por meio de uma dedução que respeitava as ideias racionalistas e construtivistas. Assim, primeiro se escrevia a norma abstrata, que era votada pelo parlamento, virando lei; depois o juiz deveria arrumar uma forma de aplicar essas normas nos casos concretos. Assim, podemos afirmar que o direito na França era constituído a partir de reuniões que votavam o bem comum em abstrato.

Para compreender o rumo que essas diferenças tiveram, precisamos olhar, agora, para a história da França e para a sua Revolução. Uma revolução baseada na busca de ideais abstratos construtivistas, que em nada refletiam a realidade experimentada do povo francês.

# Resumo

## ● Monarquia absolutista

No ano de 1643, o rei Luís XIII da França morre e deixa o trono para o seu pequeno filho, Luís XIV, na época com cinco anos de idade. Sua mãe, Ana da Áustria, assume como regente em seu lugar e os ministros do rei passam a conduzir o governo. A França, ao contrário da Inglaterra, tinha por tradição um poder extremamente centralizado. Em 1661, morre Jules Mazarin, principal ministro do governo francês. Ao ser indagado sobre quem assumiria o cargo de Mazarin, Luís XIV respondeu:

---

“Personne. L'état c'est moi” – “Ninguém. O Estado sou eu”

O Rei Sol morre próximo de completar 77 anos. Uma vez que, tanto seu filho quanto seu neto morreram antes dele, é sucedido por seu bisneto, Luís XV. Luís XV, por sua vez, governa até o ano de 1774, quando morre, e é sucedido por seu neto, Luís XVI. A sequência de eventos que levou à Revolução no governo de Luís XVI, incluiu problemas fiscais do governo nacional, causados por um sistema tributário

ineficiente, e os custos de várias grandes guerras, além de uma forte crise agrícola, oriunda do crescimento populacional.

Apesar da crise, a sociedade francesa da época possuía dois grupos muito privilegiados, que usufruíam da isenção de impostos e de outras regalias. Esses grupos eram formados pelo primeiro estado – o clero – e o segundo estado – a nobreza. O terceiro estado, por sua vez, representava os comuns e era composto por burgueses, camponeses sem terra e os sans-culottes. Ao contrário da Inglaterra, que tinha um balanceamento de poderes – os comuns tinham a mesma importância e representação que a nobreza e o clero –, na França, não existia esse balanceamento: existia uma hierarquia.



Rei Luis XVI

Para a votação de leis, cada um dos estados se reunia separadamente, votava internamente e, depois, dava seu voto; dessa forma, as votações gerais sempre acabavam em dois a um, com o clero e a nobreza suprimindo os comuns. Em 1788, com o país bem empobrecido, os ministros convencem o Rei Luís a fazer uma reunião de estados gerais, que consistia em convocar os três estados de uma única vez.

### ● Assembleia dos estados gerais

O intuito era amenizar as revoltas que estavam surgindo. No entanto, quando ele faz a convocação, os comuns realizam uma petição, solicitando que os votos fossem feitos por cabeça (e não por ordem); pedem, também, a duplicação dos representantes do terceiro estado. Eles começam a distribuir panfletos que inflamam o ímpeto revolucionário e se negam a entrar na reunião de estados gerais enquanto o rei não se reunisse com eles. O rei se reúne e nega o pedido do voto por cabeça, deixando isso para ser definido na própria assembleia, mas faz alguns acertos e concede a duplicação do número de representantes. Assim, acaba acontecendo a reunião no dia 5 de maio de 1789.



Assembleia nacional

## ● Assembleia nacional

Os três poderes continuam se reunindo até que, no dia 17 de junho, o terceiro poder dá um golpe de Estado e se auto-intitula Assembleia Nacional, quebrando a ordem constitucional da França. Eles convidam as outras ordens para se juntarem a eles, mas deixam claro que pretendem conduzir os assuntos da nação com ou sem a presença do clero e da nobreza. No dia 20 de junho, eles se reúnem novamente, quando concordam em não se separar até que a França tenha uma constituição. Representantes do clero logo se juntam a eles, assim como 47 membros da nobreza.

Assim como tantas outras ideias que marcaram a revolução, essa ideia de assembleia nacional também era oriunda de Rousseau. Ele pregava que a assembleia deveria expressar a vontade geral.

## ● Queda da Bastilha

Na sequência, uma série de fatos que se sucederam terminaram com a queda da Bastilha. O rei demite o seu ministro de finanças, conhecido por suas posições reformistas. Por conta disso, a população fica ainda mais indignada. A situação fica mais complicada e, no dia nove de julho, a Assembleia Nacional se declara Assembleia Nacional Constituinte, com o objetivo de redesenhar o Estado francês por completo. Formam-se diversas milícias e governos provisórios locais por toda a França. Até que, finalmente, no dia quatorze de julho de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte forma uma milícia de Paris e toma a Bastilha, sob o lema *liberté, égalité et fraternité* - “liberdade, igualdade e fraternidade”. Uma série de fatos daí se sucedem:

⊗ No dia vinte e seis de agosto daquele mesmo ano, promulgam a Declaração de Direitos Universais do Homem e dos Cidadãos;

- ① > Em outubro, a família real é expulsa de Versalhes;
- ② > Em novembro, a Assembleia Nacional Constituinte sequestra todos os bens de renda da Igreja.
- ③ > Em abril de 1790, o Estado nacionaliza todos os bens da Igreja Católica.
- ④ > Em 12 de julho, aprovam a constituição civil do clero, que obriga todo o clero a prestar juramento à vontade geral. O clero se nega e o papa envia uma carta, afirmando que ele é a única referência que os padres devem respeitar e obedecer.
- ⑤ > Em junho de 1791, a família real, mesmo que reinante - na época, ainda não havia sido declarada a República -, tenta fugir da França. Eles são detidos. Como a família real havia tentado fugir, vários nobres estavam tentando fazer o mesmo. Uma lei dizia que eles eram obrigados a voltar, sob pena de morte. Quem não voltou foi expropriado pelo Estado de todas as suas propriedades.
- ⑥ > Em setembro, aprova-se a primeira constituição, que prezava por uma monarquia constitucional, com separação de poderes e a instauração do voto censitário como um direito concedido aos civis.

## ● Monarquia constitucional

Assim começa a fase denominada Monarquia Constitucional. Nas eleições de outubro de 1791, as cadeiras da Assembleia Legislativa foram ocupadas, majoritariamente, por burgueses. No entanto, a situação do povo mais pobre continuava a mesma. Desesperada, em agosto de 1792, a população destrona o rei. Na sequência, é elaborada a Carta Magna francesa; a Assembleia Nacional Constituinte se dissolve e é substituída pela Assembleia Legislativa.

Em abril de 1792, acontece a declaração de guerra à Áustria e à Prússia, cujos exércitos ameaçam a revolução. A França, para se defender, distribui armas à população parisiense, que quer o afastamento do rei. Em 10 de agosto de 1792, parisienses atacam o palácio de Versalhes e prendem o rei. Esvaziada de seu poder, a Assembleia convoca a eleição de uma Convenção Nacional. As primeiras medidas tomadas pela Convenção são a Proclamação da República e a promulgação de uma nova Constituição (21 de setembro de 1792).

## ● Primeira república

Após o término das deliberações da Assembleia Constituinte, em 1791, a burguesia passou a ter uma posição conservadora, por entender que as principais mudanças já haviam sido implementadas na sociedade francesa. Assim, acontece uma cisão entre os revolucionários. A alta burguesia, aliada aos setores da nobreza liberal e do baixo clero, temia o radicalismo popular e, portanto, não queria aprofundar a revolução. Formaram, assim, o Clube dos Girondinos. Os que tinham uma postura contrária, os Jacobinos, queriam aprofundar a revolução para aumentar os direitos do povo. Eles eram liderados pela pequena burguesia e apoiados pelos sans-culottes. Seus principais líderes foram Danton, Marat e Robespierre.

As modernas designações políticas de direita, centro e esquerda surgem neste momento. Na disposição espacial em relação à mesa da presidência, os Girondinos ficavam à direita; a Planície ou Pântano - grupo de burgueses sem posição política definida - ficava ao centro; e, à esquerda, ficavam os Jacobinos.

Inicialmente a Convenção foi comandada pelos Girondinos. No entanto, suspeitas de alinhamento entre Luís XVI e o rei da Áustria fizeram crescer a pressão sobre o seu julgamento. Divergências acerca da punição contribuíram para a tomada de poder por parte dos Jacobinos. Em 21 de janeiro de 1793, o rei da França é condenado à morte e executado na guilhotina, em praça pública. Em 01 de fevereiro de 1793, a França declara Guerra à Inglaterra, à Holanda e à Espanha, em uma missão para acabar com todas as monarquias da Europa.

O governo jacobino dirigia o país por meio do Comitê de Salvação Pública, responsável pela administração e defesa externa do país - inicialmente comandado por Danton. Abaixo, vinha o Comitê de Segurança Geral, que cuidava da segurança interna e, a seguir, o Tribunal Revolucionário, que julgava os opositores da revolução em julgamentos sumários.

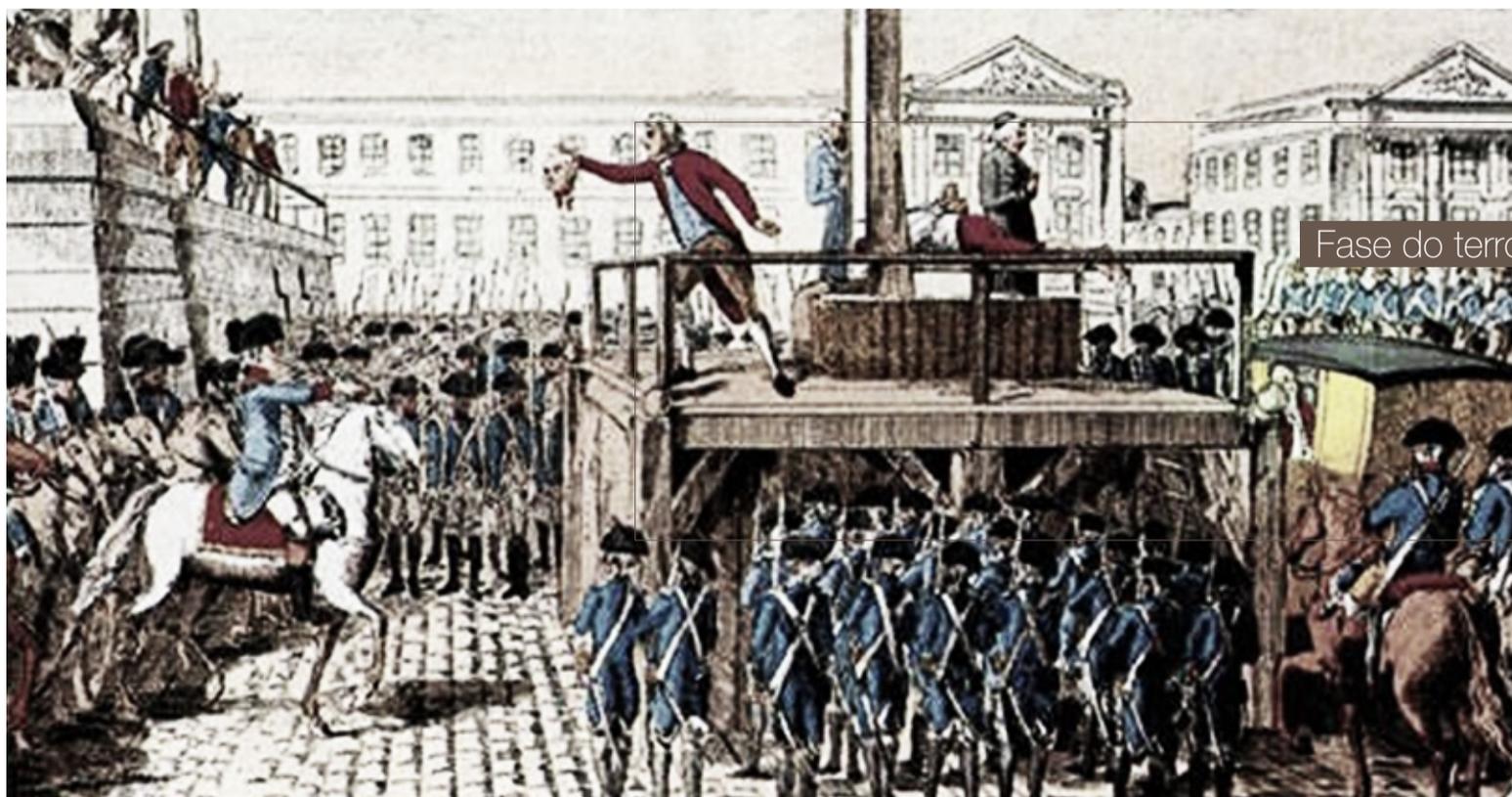
Como a economia continuava indo mal, alguns contrarrevolucionários começaram a se posicionar contra as decisões da convenção. O problema é que, revoltar-se contra a convenção, segundo os ideais que nortearam o iluminismo francês, era o mesmo que se revoltar contra a vontade geral, contra o bem comum, contra a unidade política da França. Assim, quem discorda da convenção é um inimigo da pátria, candidato à guilhotina.

### ● Fase de terror

Considerado excessivamente moderado pela maioria dos revolucionários, Danton foi expulso do partido e substituído por Robespierre. O Comitê de Salvação Pública, liderado por ele, assume, então, plenos poderes. Isso inaugura a chamada Fase do Terror, um período extremamente sanguinário na história da França. O poder é concentrado no comitê de salvação pública e no comitê de segurança geral. Uma série de condenações e mortes aconteceram nessa época:

- ⊗ Em dois de junho, 31 deputados girondinos são presos.
- ⊗ Em 13 de julho, Jean Paul Marat, líder jacobino, é assassinado.

- ⊗ Em 27 de julho, Robespierre assume o comitê de salvação pública.
- ⊗ Em 17 de agosto, é aprovada a lei do suspeito.
- ⊗ Em 16 de outubro, Maria Antonieta é executada.
- ⊗ Em 31 de outubro, todos os líderes do partido Girondino são executados.
- ⊗ Em 10 de novembro, uma lei estabelece a abolição do culto a Deus – os templos, documentos e arquivos de nascimento foram queimados. Esses últimos, com o objetivo de acabar de vez com a nobreza, uma vez que esta é oriunda de uma condição hereditária. Estabelece-se uma religião oficial, que é a adoração de um ser supremo.



Os revolucionários, mais uma vez, se dividiram. Cansada do terror, execuções, congelamento de preços e dos excessos revolucionários, a burguesia queria paz para seus negócios. Visando a frear as oposições dos grupos liderados por Herbert e Danton, Robespierre manda executá-los. Com isso, ele se isola e acaba sofrendo um golpe. Em quatro anos de Revolução Francesa, a França se tornou uma ditadura sanguinária. Seus dois maiores líderes, Danton e Robespierre, também foram vítimas da guilhotina com a qual executaram cerca de 40 mil pessoas. A guilhotina era a máquina que subjugava os interesses individuais ao bem comum.

### ● Governo do diretório

O que é curioso nisso tudo? A França escreveu uma nova constituição, estabeleceu um novo calendário, eliminou a Igreja, queimou os registros públicos e acabou com toda a tradição monárquica. Isso é uma revolução plena, isso é o governo total. Mesmo assim, em 1795, apenas seis anos depois do início da Revolução, a França escreve a sua segunda constituição, que estabelece o governo do Diretório.

O Diretório foi uma fase conservadora, marcada pelo retorno da Alta Burguesia ao poder e pelo aumento do prestígio do Exército - apoiado nas vitórias obtidas nas batalhas com os vizinhos. Uma nova constituição entrega o Poder Executivo ao Diretório, composto por uma comissão de cinco diretores, eleitos por cinco anos, que governam o país com mais suavidade, mas ainda com muita bagunça, até o ano de 1799.

### ● Império napoleônico

Nesse ano (1799), o grande general da época, Napoleão Bonaparte, que agrupava diversas vitórias em suas batalhas, dá um golpe de Estado, estabelece o consulado e assume o poder na França. Dez anos de Revolução, e, apesar de todos os esforços, a França não conseguiu extinguir o governo absoluto. Napoleão, além de governar com mão de ferro, escreveu, ele mesmo, o código civil. Reinou sobre a França e estabeleceu uma dinastia.

A História se desenrola até que a República francesa, como nós a conhecemos hoje, nasce no ano de 1848. Herdeira, mas não filha direta da revolução.

## Conclusão

A busca por ideais abstratos dos franceses e a ruptura total com a sua própria tradição levou a França a um derramamento de sangue que não produziu uma base de estado sólido. Mais uma vez percebemos, agora pelo exemplo contrário ao da revolução norte-americana, que de nada adianta uma constituição escrita, normas e leis, se não estiverem embasadas nos princípios e na cultura da própria sociedade. Em 10 anos, a França trocou um rei absoluto por um imperador absoluto e não chegou nem perto de propagar a liberdade, a igualdade e a fraternidade que pregava.

# Referências

## Livros

- + John Locke – O Segundo Tratado sobre Governo
- + David Hume – Tratado da Natureza Humana
- + Adam Smith – Teoria dos Sentimentos Morais
- + Adam Ferguson – An essay on the History of Civil Society
- + Edmund Burke – Reflexões sobre a Revolução Francesa
- + Jean - Jaques Rousseau – Do Contrato Social

## Filmes

- + Maria Antonieta



**Iluminismo francês-  
Rousseau e  
a Vontade Geral**

As origens do estado